

Sociedade civil e ação política na Costa do Marfim

Aghi A. Bahi*
Acácio S. Almeida Santos**

Resumo: Com o retorno ao multipartidarismo, a sociedade civil marfinense tem se mostrado mais vigorosa e mais ativa do que nas décadas anteriores. Distante das polêmicas sobre a definição da sociedade civil, sua *neutralidade* assegura uma boa governabilidade. Este artigo examina as relações existentes entre sociedade civil e ação política na Costa do Marfim e mostra que esta sociedade civil é um espaço de socialização política, de seleção de pessoal político e de mobilização da opinião pública. Dessa constatação, surge a hipótese da interpenetração da *sociedade civil* com a *sociedade política*.

Palavras-chave: Sociedade civil. Ação política. Mobilização. Opinião. Recrutamento do pessoal político.

* Doutor em Ciências da Informação e da Comunicação. Universidade de Lyon. Professor da Faculdade de Informação, Comunicação e Artes e pesquisador do Centro de Estudos e de Pesquisa em Comunicação (CERCOM) na Université Félix Houphouët-Boigny (Abidjan, Côte d'Ivoire). Conselheiro da Casa das Áfricas. Em 2013 lançou o livro *L'ivoirité mouvementée: jeunes, médias et politique en Côte d'Ivoire*.

** Doutor em Sociologia pela USP. Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e da FACAMP – Faculdades de Campinas. Presidente do Conselho Deliberativo da Casa das Áfricas, Membro do Observatório Migração e Saúde (Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo). Membro do Grupo de Antropologia da Comunicação (Université Félix Houphouët-Boigny, Côte d'Ivoire). E-mail: acacioalmeida@gmail.com

Introdução

Para além de qualquer controvérsia teórica e conceitual, consideramos a sociedade civil, com Lanciné Sylla (2006, p. 73-74), como “[...] a esfera das organizações sociais independentes e distintas do Estado” que apresenta, conseqüentemente, “um vasto leque de organizações sociais e de associações de diversos tipos”. No entanto, a sociedade civil não se restringe à agregação primária e estática de estruturas sociais distintas, pois as mesmas possuem ações que produzem suas próprias dinâmicas. No presente trabalho, a sociedade civil é considerada, em seu aspecto dinâmico, “enquanto forças sociais, mobilizações e ações coletivas”, capaz de informar as instituições estatais “[...] e de modificar, por conseguinte, a natureza dos regimes políticos” (SYLLA, 2006, p. 73). A sociedade civil não seria, portanto, politicamente “neutra”, o que contraria uma crença bastante difundida. De fato,

[...] a sociedade civil designa fundamentalmente as forças sociais portadoras de projeto democrático, ou seja, forças sociais cujas funções sociológicas serão modelar e organizar as instituições e os comportamentos políticos no sentido da democratização dos regimes políticos. (SYLLA, 2006, p. 73-74).

Assim, pode-se afirmar que, ao menos por essas razões, existe uma relação entre “sociedade civil” e “sociedade política” e, mais especificamente, entre sociedade civil e processo de democratização. Ora, a África democratiza-se no contexto da globalização, que retira todo o sentido da democracia e constitui *ipso facto* a mais grave ameaça que este sistema político já conheceu em sua história. Tudo se passa como se existisse em algum lugar fora da África um mundo de reais democracias estabelecidas, preocupado e capaz de desempenhar o papel de “parteira” para o nascimento da democracia na África. No entanto, essas “democracias estabelecidas” não são capazes de oferecer aos países em desenvolvimento os padrões claros e significativos de democracia aos quais se possa recorrer, porque elas mesmas não os possuem, como mostra efetivamente a profusão das definições, bem como a trivialidade e a confusão artificial que

produzem. Esta confusão sobre o que é a democracia traduziu-se em dificuldades relativas ao que é necessário fazer para apoiá-la². Ora, muitas pessoas no Ocidente são incapazes de uma análise crítica no que diz respeito às suas próprias práticas democráticas, e têm tendência a considerá-las “naturais”. Por conseguinte, seu papel de promotores da democracia torna-se ineficaz e faz com que se tornem suspeitos muitos países que veem na democracia “[...] um outro artifício para esconder a ocidentalização” (AKE, 1996, p. 29).

Na verdade, o modelo da democracia liberal, que tende a ser imposto aos países em desenvolvimento, desenvolveu-se num contexto de capitalismo industrial, ele próprio nascido em

[...] uma sociedade socialmente pulverizada onde a produção e a troca são altamente valorizadas e assim, uma sociedade que é um mercado. É o produto de uma sociedade cujos interesses são tão particularizados que a própria noção de interesse comum torna-se problemática, do mesmo modo que o imperativo da participação democrática. (AKE, 1996, p. 30).

A democracia liberal é o produto de condições sócio-históricas radicalmente diferentes das da África contemporânea que continua sendo, de maneira predominante, uma sociedade pré-capitalista e pré-industrial. As lealdades primordiais e as estruturas sociais pré-capitalistas mantêm-se sólidas. Longe dos enclaves urbanos, a maior parte das sociedades rurais africanas é sempre constituída por laços de solidariedade mecânica no sentido durkheiminiano (AKE, 1996, p. 30-31). Nelas prevalece o comunalismo que define a percepção do interesse pessoal, a liberdade dos indivíduos e sua situação no todo social. Ao contrário, a democracia liberal pressupõe o individualismo e há pouco individualismo nas sociedades comunais da África rural; ele afirma o universalismo abstrato dos assuntos legais, mas isso aplica-se, sobretudo, aos enclaves urbanos (SANTOS, 2006).

É desse modelo liberal de democracia que emana a ideia, que se tornou corriqueira, de uma “neutralidade” e de uma centralidade da sociedade civil³. Os credores de fundos e os observadores “da comunidade internacional”, estimulados pelas instituições de Bretton Woods (Banco Mundial e FMI – Fundo Monetário

Internacional) e querendo restringir a política, nutrem-se dessa ideologia. Conseqüentemente, seu conceito de sociedade civil, inseparável de suas percepções da política, acompanha os discursos sobre a necessária reforma das instituições do Estado, a boa governança e o próprio papel da sociedade civil (HIBOU; BANÉGAS, 2000, p. 40). Para o senso comum, geralmente veiculado pelas ONGs (Organizações Não Governamentais) e pelos credores de fundos internacionais, a sociedade civil é o lugar de uma neutralidade política e a garantia de uma boa governança. Essa liberdade de manobra encontra apoio exclusivamente numa concepção liberal das relações entre o Estado e a sociedade civil na qual o primeiro não intervém sobre a segunda. Ora, as realidades empíricas diárias da política (da vida da cidade) tendem a demonstrar a forte interação entre sociedade política e sociedade civil, sobretudo na ação política. A sociedade civil na Costa de Marfim seria um “novo” campo de ação política? Ela constitui um novo campo para o empresariado político (individual ou coletivo), para os atores políticos que ambicionam a conquista do poder de Estado?

O sentimento dos cidadãos “[...] de serem atores ou espectadores da cena política e social depende, dentre outras coisas, da cultura política do país” (CHEVRIER, 1999). Ele condiciona (determina) as modalidades da ação política, não tendo aqui a expressão “ação política” o rigor de um conceito científico. Por meio desta fórmula, apreendemos a atividade (ou os comportamentos) de um ator (e/ou de um partido) político que visa a exercer uma influência política sobre o seu ambiente com o objetivo final de conquistar ou conservar o poder de Estado. A questão refere-se, portanto, às relações entre campo político e campo da sociedade civil (ou campo associativo), o papel das associações e dos grupos de interesses diversos na dinâmica política, o impacto deste trabalho político sobre a construção (sempre problemática) da opinião pública.

Nessa ordem de ideias, trata-se aqui de mostrar que a sociedade civil é um espaço de socialização política, de recrutamento de pessoal político e mobilização da opinião. Esses elementos, estreitamente ligados, mas dissociados por razões heurísticas, são apreendidos, tanto quanto possível, na historicidade da relação entre sociedade civil e ação política. Essa perspectiva histórica articula, na medida

do possível, os três momentos importantes da história moderna da Costa do Marfim que são o regime colonial, o partido único e o multipartidarismo. Esta abordagem permite recontextualizar e melhor apreender as mudanças ocorridas no campo político, bem como as mutações da comunicação política no espaço público marfinense. Apoiamo-nos igualmente em nossos estudos de campo anteriores e em nossas próprias observações empíricas atuais.

Um espaço de socialização política

O conceito socialização supõe uma sociedade moderna de natureza pluralista e constituída por um universo simbólico, um universo de conhecimento compartilhado, bem como por vários universos parciais coexistentes. Sobre bases fundamentalmente imaginadas (ANDERSON, 2002, p. 86), que cria um vínculo comunitário, a socialização política – forma de socialização secundária dos cidadãos – pode ser apreendida como “a interiorização de submundos institucionais ou baseados em instituições” e a aquisição de conhecimentos específicos direta ou indiretamente enraizados na divisão do trabalho (BERGER; LUCKMANN, 1996, p. 189-190). Esta socialização secundária, política, constitui uma condição necessária da construção da própria ação da sociedade civil entre o mercado e o Estado.

A socialização política implica, por conseguinte, aquisição dos saberes, elementares ou elaborados, pelos indivíduos, o que lhes permite se tornar membros da sociedade política e de nela desempenhar um papel ativo; socialização supõe aprendizagem de crenças, de atitudes e de comportamentos conciliáveis com a conservação do vínculo social. “A participação ativa no funcionamento de um regime político supõe [...] a fixação e a aquisição de práticas, de saberes e de convicções tanto por parte dos simples cidadãos quanto pelos militantes e dirigentes” (BRAUD, 2000, p. 59-60). Essas normas interiorizadas constituem um saber compartilhado, compõem um universo partilhado (BERGER; LUCKMANN, 1996, p. 198) e permitem avaliar a integração do indivíduo ao grupo considerado (nação ou comunidades mais restritas ou mais amplas).

Essa socialização apaga simbolicamente (no imaginário social) o sentimento dos governados de curvar-se diante da força e lhes dá o sentimento de agir por conta própria.

Entretanto, a socialização política não é um processo “neutro”. Ela constitui efetivamente uma transformação assumida pelos aparelhos ideológicos (ALTHUSSER, 1976) que são os partidos políticos, a escola (história do país, educação cívica e moral), os sindicatos e outras associações, as religiões e as mídias. A socialização política, baseada num sistema de representações, necessariamente filtradas e orientadas por aparelhos, parece fundamentalmente ideológica, “a serviço das classes dominantes”, com o objetivo de reforçar sua hegemonia (GRAMSCI, 1983). Na socialização política que resulta “[...] da filiação prolongada a partidos, sindicatos ou associações [...] os cidadãos desenvolvem habilidades mais diretamente voltadas para a participação política” (BRAUD, 2000, p. 63). Examinamos aqui o trabalho da religião, dos sindicatos e das associações diversas.

As inovações religiosas de origem autóctone, cristã ou islâmica, e as identidades religiosas autóctones (GADOU, 2001, p. 19, p. 22) existem na Costa do Marfim há várias décadas. Esses movimentos religiosos e esses profetismos tornam-se muito cedo um objeto de controle e de repressão da administração colonial, que os concebia como espaços de expressão política e os considerava como campos de ação política subversiva. Mais tarde, Koudou Jeannot, sob o partido único, manteria relações difíceis com os políticos, o que o levou a ser encarcerado (DOZON, 1995). Além disso, a semelhança entre a pregação do culto religioso e o discurso das reuniões políticas é notável, fazendo parte da formação escolar e religiosa de muitos políticos.

É necessário dizer que, desde os anos 1920, a associação é apresentada pela administração colonial como um início de democratização do poder na África do oeste. Essa concepção da associação inclui uma visão mais positiva da organização social dos africanos do oeste do que ocorria anteriormente. Mas, na verdade, a associação continuava sendo um meio para conter as reivindicações igualitárias dos “evoluídos”, para represar suas veleidades de poder e para restaurar a autoridade da administração colonial corroída por ocasião da Primeira Guerra Mundial (CONKLIN, 1997, p. 60-61).

Assim, essa “cultura política” anteriormente evocada já seria antiga na Costa de Marfim na medida em que os cidadãos oriundos da colônia, dentre os precursores da luta política, criaram os primeiros sindicatos e particularmente o primeiro partido político de massa da África do Oeste como observa Loucou. A evolução econômica da Costa de Marfim gerou transformações, tais como o aparecimento de novas categorias sociais, nomeadamente nas cidades, que “[...] inspiraram os movimentos políticos e organizaram a contestação do poder colonial” (LOUCOU, 1977, p. 81).

Espaço do nacionalismo estudantil, para o qual cria o verdadeiro suporte ideológico, a Federação dos Estudantes da África Negra na França (FEANF) está decidida a combater o colonialismo e desempenhará um papel de vanguarda e procura apoiar rapidamente as grandes decisões dos partidos políticos negroafricanos. A Associação dos Estudantes da Costa de Marfim (AECI), criada em 1947, era uma associação federada da FEANF (DIANE, 1990). Em 1959, Mémel Fotê Harris era um dos líderes da Associação dos Estudantes da Costa de Marfim na França (AECIF), movimento filiado à FEANF.

Um paralelo pode ser estabelecido entre a FEANF e os movimentos da juventude que se desenvolveriam posteriormente nos jovens Estados independentes. Assim, o Movimento dos Alunos e Estudantes da Costa do Marfim (MEECI) torna-se um viveiro para a renovação das elites políticas. Com a instauração do multipartidarismo, ele engrossa as fileiras dos “renovadores” do Partido Democrata da Costa do Marfim (PDCI) (que se encontra, a nosso ver, na base dos partidos políticos, verdadeiros desmembramentos do PDCI).

As associações de autóctones agrupavam os cidadãos em função da sua origem étnica ou territorial. Começaram a desenvolver-se nos anos 30, refletindo as transformações que conhecia a sociedade marfinense. O êxodo rural e a urbanização levaram os cidadãos a recriar novas solidariedades, tais como as “amigáveis” e as “associações fraternais”, frequentemente de pequenas dimensões, pouco organizadas e com líderes pouco formados. Mas, ano após ano, elas contribuíam de forma mais ou menos intensa para a formação da vida pública destes, desempenhando um papel evidente

na vida política. “Antes da guerra, as duas associações voluntárias mais importantes eram a União Fraterna dos Originários da Costa do Marfim (UFOCI), criada em 1929, e a Associação de Defesa dos Interesses dos Autóctones da Costa de Marfim (ADIACI), criada em 1937.” (LOUCOU, 1977, p. 88). O objetivo principal das associações étnicas era evitar a expatriação dos seus membros e organizar a ajuda mútua entre todos os cidadãos provenientes de uma mesma etnia, ou até uma mesma aldeia, dando vida novamente à “fraternidade de raça” (BALANDIER, 1957, p. 275; BALANDIER, 1952, p. 29). Enquanto isso, nas cidades, os grupos de dança desempenham um papel importante, mantendo de certa forma a presença “da cultura de origem”⁴⁷.

Com a independência do país, pode-se considerar que há uma rejeição dos princípios fundamentais da lei francesa de 1901 que definia, até então, o regime das associações. Assim, sua reorganização relativamente vigorosa irá transformar a “[...] própria filosofia do projeto contido nos princípios que fundam a sociedade civil, o pluralismo e a autonomia diante dos poderes públicos” (MIGNON, 1989, p. 115). A partir da proclamação da independência, o jovem governo legisla sobre a questão das associações. Livres para serem formadas sem autorizações prévias, o Estado recomenda-lhes apenas uma declaração prévia que lhes permita processar judicialmente, adquirir bens e também solicitar uma ajuda do Estado.

Criada em 1963, a Associação das Mulheres Marfinenses (AFI), estrutura ligada ao PDCI-RDA partido único, com o objetivo “[...] de promover as mulheres na nova Costa do Marfim [...]”, tem uma orientação claramente política (BITTY-KOUYATÉ, 2005, p. 10).

As associações étnicas que foram, de certo modo, “recuperadas” pelo partido único com o objetivo de mobilização política (GBAGBO, 1982; GRACIOSO, 1989, p. 107), constituem o modelo dos “Comitês étnicos do PDCI”. No entanto, estes últimos foram suprimidos pelo III Congresso do PDCI-RDA de 1959 (e reafirmados durante o VII Congresso de 1980 e do VIII Congresso de 1985) pelo fato de que, longe de favorecer a unidade nacional, amparavam prioritariamente o tribalismo (KONÉ, 2003, p. 48). Os Comitês étnicos foram substituídos pelos Comitês de bairros. Mas, a despeito

dessa medida de dissolução, “[...] as estruturas étnicas subsistem e novas se criam” (ACHIE; KOFFI; KONE, 1987, p. 31). A prática perdurou pelo menos até meados dos anos 1980. As associações étnicas continuarão sendo utilizadas pelo partido único para fins eleitorais. Portanto, essa prática, que consiste no investimento dos políticos nas associações, não é nova.

De fato, entre 1958 e 1975, os movimentos da juventude na África do Oeste de língua francesa já eram, há vários anos, os “[...] receptores e amplificadores da mutação política que se opera” (MIGNON, 1989, p. 107). De um modo geral, a unicidade do pensamento e a ação política do partido único, regida por um discurso ideológico que preconiza o desenvolvimento econômico e social, conduzem à mudança institucional das associações (MIGNON, 1989, p. 114).

A sociedade civil, lugar de exercício do poder de associar-se, provinda essencialmente da vontade dos cidadãos governados, é, portanto, um lugar de socialização política. A sociedade civil é, por conseguinte, um espaço de aquisição de conhecimentos, de crenças, de sentimentos, em suma, de cultura política. É em seu seio, nomeadamente por meio de suas diversas associações e suas possibilidades de associar-se, que se encontra um espaço importante de transmissão da cultura política aos indivíduos. Estes interiorizam os valores, as orientações e as atitudes em relação ao sistema político, produzindo então um *habitus* político. Portanto, paralelamente aos partidos políticos, as (outras) associações e grupos (não políticos) formam os espaços de iniciação política: “[...] lugares de aprendizagem da virtude democrática nos quais os jovens se reúnem para o bem comum” (NKIRANUYE, 2005, p. 18).

A situação de guerra provocou uma desordem deste processo comum de socialização em, pelo menos, dois níveis: o da submissão ou não à constituição do país; e o da socialização política parcial, devida essencialmente a uma “classe política” incapaz de chegar a um acordo a respeito dos valores inalienáveis e das condições mínimas do exercício da própria democracia, desviada pela ideologia da doutrina liberal (AKE, 1996, p. 30).

Um espaço de recrutamento (seleção) de pessoal político

Compreende-se por pessoal político os profissionais da política, que vivem da política; este “[...] constitui uma elite específica encarregada do poder político [...]” e que, no plano nacional, é composto por ministros, deputados, prefeitos, conselheiros gerais, mas também por responsáveis pela administração dos partidos políticos e das altas funções administrativas do Estado (do governo), uma vez que o regime democrático impõe um recrutamento não plutocrático do pessoal político (WEBER, 1963, p. 139-141). Na Costa do Marfim, é de se supor que a revalorização substancial do salário parlamentar facilite a autonomização e a profissionalização da função de deputado ao mesmo tempo em que diminui o (neo) patrimonialismo.

A questão da seleção é crucial para a renovação do pessoal e das elites políticas e, em consequência de sua própria ação no campo político, do exercício do poder que remonta, ele próprio, à gestão da sociedade política e à tomada de decisões pelos governantes. Complexos em si, os mecanismos de tomada de decisão política incluem as pressões exercidas sobre os governantes. De fato, existem relações complexas entre responsáveis políticos, altos funcionários, peritos, mandatários de grupos de interesses, líderes de opinião etc. De um ponto de vista mais amplo, o responsável político é objeto de uma dupla dependência: a primeira em relação aos empresários (poder econômico), a segunda, aos líderes de opinião da sociedade civil (BRAUD, 2000, p. 72). Nossa análise refere-se apenas aos líderes da sociedade civil.

As associações étnicas desempenharam um papel determinante na política moderna da Costa de Marfim.

A partir de 1944 surgiu um grande número de associações étnicas. Mencionaremos apenas a União dos Originários dos seis Círculos do Oeste (UOCOCI), que agrupava os cidadãos oriundos de Daloa, de Gagnoa, de Grand Lahou, Man, Sassandra e Tabou. Essa associação era proveniente da ‘Mutualidade Bété’, sociedade de ajuda mútua que tinha

como objetivo ajudar a população rural instalada em Abidjan. Ela foi autorizada em outubro de 1944. Sery-Blagnon Martin era o presidente da associação. A maior parte dos dirigentes encontrava-se no PDCI. Foi o caso de Sery-Blagnon, Marcel Laubhouët, Etienne Djaument, Sery Koré, Camille Gris. A UOCOCI prestou seu apoio à candidatura de Houphouët-Boigny na ocasião das primeiras eleições para a Assembleia Constituinte de 1945. (LOUCOU, 1977, p. 89).

A Liga dos Originários da Costa do Marfim (LOCI), a fim de pacificar-se, organiza-se como movimento da juventude no PDCI, criando a Juventude da União Democrática Africana da Costa de Marfim (JRDACI), que forneceria dirigentes ao partido (KONÉ, 2003, p. 45).

A profissionalização da política já é, portanto, identificável no passado, sobretudo com as relações existentes entre o Sindicato Agrícola Africano (SAA) e o Partido Democrático da Costa de Marfim, seção da União Democrática Africana (PDCI-RDA). O SAA deveria fornecer a maioria dos partidários do PDCI. As associações étnicas, mas também e, sobretudo, os movimentos estudantis constituiriam o arsenal de jovens que rejuvenesceriam o pessoal político do partido único.

No fim dos anos 50, pode-se considerar que os líderes animadores das associações de jovens “[...] fazem parte doravante desta elite conduzida à função pública ou à vida política [...]” (MIGNON, 1989, p. 114) e que, paradoxalmente, contribuirá para limitar a liberdade de expressão, para esquecer o ideal de abertura ao estrangeiro e de participação no futuro do país. Os líderes das associações serão utilizados, instrumentalizados e, em seguida, absorvidos ou segregados pelo partido único.

O PDCI, partido único, surge como “[...] uma federação orgânica de todas as organizações tradicionais e modernas criadas, de imediato, no pós-guerra⁵” (LOUCOU, 1977, p. 81). Seu rápido crescimento, a partir da sua criação, é explicado pelo fato de que este partido soube “[...] ultrapassar a esfera tribal servindo-se da mesma – e logo adquirir uma dimensão nacional, e mesmo panafricana, pela integração à União Democrática Africana” (LOUCOU, 1977, p. 93).

Na sua organização, o PDCI utilizava comitês de aldeias, comitês de bairros ou comitês étnicos que elegiam as subseções e seus responsáveis e cuja justificação prática é compreensível:

Nas cidades, devido à multiplicidade, foi preciso instaurar comitês étnicos. As subseções de bairro agrupam os diferentes comitês étnicos. Essa organização permite resolver o problema de comunicação entre a minoria de costumes franceses e a grande massa dos membros que falam apenas as línguas africanas. (LOUCOU, 1977, p. 95).

As associações de desenvolvimento, favorecendo no seu seio a emergência de líderes, para serem, presumidamente, agentes de desenvolvimento nas suas regiões respectivas, tornam de verdadeiros trampolins “de promoção individual” (ACHIE; KOFFI; KONE, 1987, p. 36; YAO, 2005). Numerosas associações étnicas teriam participado de campanhas políticas (eleições dos prefeitos, deputados, secretários gerais do PDCI). Em determinados momentos, “[...] essas associações servem como veículos de transmissão entre as autoridades políticas do país e a base ou o povo” (BERTHE et al., 1987, p. 44). Elas participam igualmente das diferentes atividades oficiais e desejam ser oficialmente reconhecidas pelo governo. À véspera da independência, as associações são saídas mais ou menos apropriadas à necessidade de debate e de compromisso dos jovens letrados “evoluídos” dos anos 50, futura elite de um país em construção. Mas é preciso observar que:

Por sua vez, os partidos políticos que chegam ao poder não podem ignorar esta fração da população, formada, ativa, que constitui ao mesmo tempo uma preciosa promoção de suas ideias e um desafio político. Eles tentam incorporá-las, mas a conjunção histórica de um projeto político comum às associações e os poderes públicos revela-se, com o tempo, mortal para as associações. (MIGNON, 1989, p. 114).

De um ponto de vista tanto prático quanto filosófico (filosofia política), a associação pode ser política ou ideologicamente *neutra*?

Ainda assim, ela constitui um campo de ação política direta ou indireta cujo desafio reside na conquista ou a conservação do poder de Estado.

Desde o período colonial, “[...] as atividades mais diversas da Federação dos Estudantes da África Negra na França tendem à ação política, à desmistificação do regime colonial, à informação da opinião pública” (DIANÉ, 1990, p. 96).

Progressivamente, com o desenvolvimento do ensino superior, a competência adquirida pelo diploma é afirmada. Mas essa competência adquirida no ensino superior (escola de administração, universidade etc.), que confere uma competência administrativa, não é suficiente para ser recrutado como pessoal político. A competição política obriga a buscar a popularidade, e esta é mensurada pelos sufrágios. Isso contribuí, a nosso ver, para bifurcar (o sentido da) a carreira política.

A história da Federação dos Estudantes da África Negra na França (FEANF) é particularmente esclarecedora a esse respeito. Seria, de fato, necessário saber com precisão o que se tornaram os antigos militantes da FEANF. Mas algumas indicações (DIANÉ, 1990) permitem que nela vejamos uma espécie de matriz da seleção de profissionais do campo político apreendido como conjunto de relações de concorrência ou de alianças competitivas entre agentes especializados na luta pela conquista do exercício do poder (BOURDIEU, 2000).

O Movimento dos Alunos e Estudantes da Costa de Marfim (MEECI) pôde representar no seu tempo uma reserva para os profissionais da política no mais elevado nível. Com efeito, forneceu ministros e permitiu rejuvenescer a classe dirigente. O recrutamento de responsáveis no mais alto nível do Estado dentre os antigos membros do MEECI fortalece seu estatuto de viveiro e, por conseguinte, torna possível que os grupos concorrentes o sejam igualmente. Com efeito, o contexto de multipartidarismo não permite mais a proteção das organizações sindicais e dos movimentos estudantis tal como ocorreu no início dos anos 60 e do partido único (GBAGBO, 1983, p. 52-58; MIGNON, 1989, p. 121).

Recentemente, no mesmo sentido, embora de modo trágico, os ex-líderes do FESCI alocaram-se na linha de frente da luta política,

e com tal rubrica que podemos nos interrogar a respeito do caráter empresarial dos movimentos patrióticos e da necessária compensação (a dívida) política que preveem.

O surgimento dos movimentos patrióticos civis como reação e em oposição à rebelião (também patriótica) traz, contudo, um bemol a esta afirmação e propõe outra via de entrada na política.

Mais recentemente ainda, a Federação Estudantil e Escolar da Costa do Marfim (FESCI), por exemplo, esteve presente em praticamente todos os campos (ou mesmo todas as facções) da guerra. A história é ainda, indubitavelmente, muito recente para que elabore um diagnóstico indiscutível, mas aqui se coloca claramente o problema dos limites do campo político. Articulam-se, portanto, dois modos de seleção dos profissionais da política: um pelo diploma e o outro pelo ativismo. Este método prefiguraria a renovação atual das elites políticas.

Este militantismo sindical ou associativo seria atualmente uma espécie de empresariado político? Os líderes dos movimentos patrióticos são atores do campo político ou atores da sociedade civil? Esta incursão pelo campo político é provisória ou prevê, ao contrário, o assentamento de um itinerário mais durável e, por conseguinte, de uma carreira política verdadeira?

Numerosas associações assemelham-se a formas políticas de empresariado das quais é importante saber quem são os verdadeiros patrões. De fato, muitas ONGs o seriam apenas no nome e/ou seriam “[...] criadas por políticos nacionais ou locais com o objetivo de se apropriarem dos recursos externos que transitam doravante por essas vias” (HIBOU; BANÉGAS, 2000, p. 40). Representariam, além disso, pontos negativos para antigos proprietários de empresas ou políticos que não estão mais nos negócios. Estas observações relativas às ONGs, válidas para as associações, fazem com que essas sejam estruturas “reservas” políticas, antessalas do poder.

Aqui, a distinção entre sociedade civil “pela base” e “pelo alto” parece-nos ser de um alcance heurístico judicioso. A sociedade civil “pela base” seria essencialmente composta por trabalhadores do meio urbano e estudantes (AKINDÈS, 1996, p. 35-37), daí a importância dos sindicatos. A nosso ver, é preciso acrescentar a estes grupos o setor informal cuja “represália” é notável (AKINDÈS, 1996, p. 38),

mas que, em nosso entendimento, não se resume apenas às atividades econômicas. Ele engloba a associação *de jure* e *de facto*. A sociedade civil “pelo alto” consiste essencialmente no patronato e nas elites (gerentes, líderes) das associações e dos movimentos; ela representa “os clientes políticos do Estado” (AKINDÊS, 1996, p. 31). Os líderes da sociedade civil contribuem para produzir as representações que os cidadãos têm das suas próprias condições de existência e do seu futuro coletivo, “[...] formulam anseios e exigências, exprimem a insatisfação ou a confiança dos governados em suas instituições” (BRAUD, 2000, p. 72).

Parece que a sociedade civil, tal qual é concebida *habitus* político marfinense, revela-se como um viveiro do recrutamento das elites políticas. O caso dos ministros com assentos nos governos “em nome da sociedade civil” é notável. Na imprensa, cidadãos comuns, convencidos da imparcialidade dos tecnocratas, chegaram a propor que o atual governo de reconciliação fosse substituído por outro governo composto por pessoas da sociedade civil.

Certamente, é necessário recordar que os partidos políticos têm uma responsabilidade determinante na seleção do pessoal político e que para tanto existe uma luta interna (SCHUMPETER, 1965, p. 375-376). No futuro, a Escola Nacional de Administração e as formações superiores desempenharão um papel mais acrescido. Mas a sociedade civil ainda tende a ser apresentada como uma alternativa ao recrutamento nos partidos políticos e como um caminho para a boa governança. No início dos anos 1990, o termo “tecnocratas” designava esses famosos indivíduos procedentes da sociedade civil (pelo menos de instituições internacionais), que se tornaram ministros fora de qualquer filiação ou tendência política. O período de transição militar-civil, além do fato de ter dado origem à constituição da segunda república, também assegurou a continuação de ministros ditos “procedentes da sociedade civil” (Podemos evocar, por exemplo, a ministra Constance Yayi e o Primeiro ministro Seydou Diarra apresentados como procedentes da sociedade civil.). Este impulso terá prosseguimento posteriormente no governo “de ampla abertura” do Presidente Laurent Gbagbo (Geneviève Bro Grégbé antes do ataque de 19 de setembro de 2002). Não é este o diapasão do Primeiro-Ministro Charles Konan Banny ao falar “de missão”?

Ao lado dos partidos políticos, a sociedade civil aparece, portanto, como um espaço de seleção do pessoal político nacional. Quer se trate de nomeações diretas a cargos de decisão (ministros, secretários de Estados, conselheiros e demais assessores dos políticos etc.), ou de uma formação prática (deputados, prefeitos, presidentes dos conselhos gerais etc.), caso não seja uma antessala do poder. Assim, ser líder de uma ONG, um sindicato, de uma associação, ou mesmo de um fórum, além de constituir uma elite, já é em si um capital simbólico, visto como uma preparação ao trabalho político. Trata-se, a nosso ver, de uma profissionalização específica e original do pessoal político.

Um espaço de mobilização da opinião

A opinião é aqui entendida no sentido *lato* e inclui, por conseguinte, as diferentes formas da opinião pública (manifestações de rua, sufrágios diversos, ou mesmo sondagens⁶). A associação, pilar da democracia (TOCQUEVILLE, 1830; CHEVRIER, 1999; CHANIAL, 2001), “[...] é também uma condição de existência da sociedade civil que só funciona de fato por sua mobilização efetiva” (KONATÉ, 1998, p. 19).

O multipartidarismo traz em si uma exaltação da liberdade. Mas tal euforia, que se encontra no âmago das divisões da sociedade civil, fragiliza simultaneamente essa sociedade. Na amplificação do espaço público, é assumida uma pluralidade de associações (CHANIAL, 2001, p. 197) que devem controlar os desvios do Estado e contribuir para assegurar a boa governabilidade. Mas, ao mesmo tempo, são grandes os riscos de desordem. “A sociedade civil impulsiona a opinião pública cujas palavras e rumores deixam claro o gosto pelas especulações” (KONATÉ, 1998, p. 19). O entusiasmo dos cidadãos em relação à política explicar-se-ia pelo sentimento de quem tem certo controle sobre o curso dos acontecimentos, pelo menos desde a revolta popular de 1989-90 e, um pouco mais tarde, com o “o boicote ativo” de 1992 (N’DA, 1999). Com o advento do multipartidarismo, os grupos sociais formados pelas “mulheres” e pelos “jovens” tomam mais consciência da sua importância no espaço político. Essas

associações femininas e juvenis encontram-se na origem de mudanças na sociedade marfinense, sobretudo na tomada da palavra até então monopolizada pelos homens “adultos”; os políticos tomam consciência do papel desempenhado pelas “mulheres” e pelos “jovens”. No que diz respeito às mulheres, mais recentemente, em 2003, a Coalizão das Mulheres Líderes da Costa de Marfim (CFELCI), por exemplo, propõe-se a incentivar mais ainda as mulheres na liderança política em vista dos próximos pleitos eleitorais.

Uma vez que o golpe militar de dezembro de 1999 não destruiu totalmente o Estado marfinense, uma Comissão Consultiva Constitucional e Eleitoral do ano de 2000 pôde ser instituída, ela devia, de fato, dedicar-se aos problemas profundos ligados à modernidade e resolvê-los⁷. Esta constituinte acrescentou os componentes da sociedade civil à elaboração da lei fundamental que deu origem à Segunda República. Ao mesmo tempo, assinalava a afirmação da sociedade civil no jogo político. Ela pretendia livrar a República dos riscos ligados aos substratos do partido único num contexto multipartidário, sinônimo amplo de democracia, que significava implicitamente a afirmação da primazia da sociedade sobre o Estado. O Estado foi assim um ator (indireto?) da resistência (DUFRESNE, 2002) da sociedade civil. O golpe de Estado de dezembro de 1999 e sua sequência de acontecimentos deram, a partir do ano 2000, início às grandes mobilizações da sociedade civil que foram particularmente fortes em 2002, 2003 e 2004.

Aculturados na ideologia ocidental do modelo da democracia liberal (AKE, 1996), esses “jovens” dos fóruns populares sentem que podem alterar o rumo das coisas, que suas opiniões e suas vozes têm peso. Além disso, o trabalho dos partidos políticos de oposição da mídia nacional e internacional contribui muito para despertar as consciências. Os atores dos fóruns populares assumem suas responsabilidades e não apenas de acordo com os calendários eleitorais. Pelo contrário, o assumir dessa responsabilidade é feito cotidianamente. Os indivíduos que frequentam esses fóruns e parlamentos etc. têm o sentimento de fazer parte dos assuntos públicos e o menosprezo de suas identidades pela imprensa (pelo fato de serem desqualificados) provoca neles um sentimento de frustração. Com efeito, a partir de 2000, os “fóruns” tentam construir uma identidade de democratas.

Um dos desafios para esses jovens – esses “Demóstenes” – é de não mais ser ou parecer instigadores de distúrbios aos olhos do público (BAHI, 2001; 2003; 2004). Os “sucessos” que eles registram lhes dão um sentimento de felicidade e confirmam sua própria importância. Em meio rural, onde os valores tradicionais já estão deteriorados, as dificuldades econômicas atuais delinham novas relações de autoridade e de poder entre velhos e jovens, em proveito dos últimos (SÉMITI, 2001, p. 99).

A sociedade civil tem a capacidade de influenciar as atitudes e as opiniões políticas, detém o “poder” de mobilizar os sufrágios, de mobilizar a opinião pública (cujo voto é uma das manifestações concretas). Os partidos políticos querem mobilizar os atores sociais para conquistar o poder de estado. A ação política atua em dois níveis: “concreto” e simbólico. Assim, a sociedade civil é, ao mesmo tempo, um espaço de ação e um desafio político: as associações e organizações que a compõem têm uma capacidade de mobilização; elas constroem (ou fortalecem) também um capital simbólico para os líderes das associações (desafio importante de qualquer ação política). O desafio é a conversão da mobilização das pessoas (físicas) em mobilização dos votos e, por extensão, a adesão da opinião pública. Essa mobilização supõe, por conseguinte, aproximações, alianças, pactos, coalizões; supõe ainda desmobilização e, por essa razão, desentendimentos, rupturas, separações, cisões. Composições, decomposições, recomposições caracterizam a dinâmica da sociedade civil, e é nisso que a ação política pretende investir, sobretudo por meio do incentivo, do recrutamento, da adesão.

A efervescência das associações e a constituição de redes e de “federações” formam um espaço onde se desenvolvem, se mantêm e se difundem ideias, sobretudo as de justiça, igualdade e independência, como atesta o apoio da LOCI, da UOCOCI etc. ao RDA (KONÉ, 2003). A mobilização de uma opinião não apenas pelo indivíduo, mas também pela associação, lhe dá mais força: “O direito de se associar quase se confunde com a liberdade de escrever; a associação já possui mais autoridade que a imprensa”. Quando uma opinião é representada por uma associação, ela é obrigada a ter uma forma mais nítida e mais precisa. Ela conta com seus partidários e os envolve em sua causa (TOCQUEVILLE, 1830,

p. 275). “As populações bem organizadas e bem orientadas por suas associações, partidos ou sindicatos terão assim uma maior propensão a agir coletivamente para atingir os objetivos que elas se atribuem ou que lhes são propostos como desejáveis” (BRAUD, 2000, p. 68). As estruturas da sociedade civil formam um campo de mediação entre administrados e o Estado. Permitindo que este compreenda melhor as aspirações dos cidadãos, evitando os inconvenientes burocráticos, essas estruturas são os porta-vozes de seus membros, militantes e simpatizantes (NKIRANUYE, 2006, p. 20). Permitindo ao mesmo tempo a melhor delimitação das aspirações dos cidadãos e evitando-lhes trâmites burocráticos, estas estruturas são o porta-voz dos seus membros, militantes e simpatizantes (NKIRANUYE, 2006, p. 20).

Na Costa do Marfim, desde o retorno ao multipartidarismo, o engajamento dos jovens na vida política através de diversas associações é cada vez mais nítido. No início, essas associações, que variavam de acordo com o sexo, a idade, a religião, as categorias sociais etc. não apresentavam tendência partidária, mas ostentavam principalmente a defesa de interesses sociais. O apoio dos chefes de empresas e dos políticos para as atividades das estruturas da sociedade civil constitui um meio para que essas estruturas ganhem em credibilidade e tenham uma estratégia de mobilização de fundos. Mas pode igualmente representar “uma estratégia de clientelismo” (NKIRANUYE, 2005, p. 20) para os políticos que esperam usá-las como força de mobilização.

Desde 2000, as manifestações de ruas registram a participação dos fóruns populares que atuam em nome da sociedade civil. Esta convivência concretiza-se pela criação recente da Federação dos fóruns e parlamentos da Costa do Marfim. Além disso, organizar um evento (por passeatas, manifestações pacíficas, intervenções nos debates públicos e na mídia) é anterior aos acontecimentos graves que conhece a Costa do Marfim e faz parte dos seus modos de conduta, marcando e legitimando sua existência no espaço público. Tomar a palavra traduz a vontade de ser ouvido pelos governantes (BAHI, 2001; 2003; 2004a; 2004b; 2006a; 2006b) para influenciá-los. Além do voto, evocamos aqui essa tomada da palavra que se realiza, ao mesmo tempo, no aspecto simbólico (voto, manifestação na via pública, propaganda, panfletagem de políticos, de eleitos etc.) e no

plano real: nesses fóruns, fala-se o tempo todo e fala-se muito (BAHI, 2003; 2004a)... Acontece que essas associações de fato (informais), pelas falas de seus porta-vozes e representantes oficiais, pela violência na tomada pública da palavra, tornam-se “vozes autorizadas” da sociedade civil. Elas se tornam então protagonistas do governo, de ONGs, pelo menos dos interlocutores a serem levados em consideração para a (boa) governabilidade. Essas associações constituem vozes alternativas da sociedade civil, material político bruto, “politi-zável” (que pode se tornar um problema político). A esse respeito, podem, por conseguinte, emitir sua opinião sobre o interesse geral da sociedade usando a mídia por diversos meios, através da voz de seus representantes. Outros membros (associações) e corpos constituídos da sociedade civil garantem ou se comprometem a apoiar esses fóruns cooptando-os e alinhando-os no mesmo nível que eles.

O contexto no qual nascem os fóruns populares é o da modernidade e de seus diversos modos de expressão. Além disso, a sociedade marfinense vive uma turbulência pelos problemas de democratização, das questões políticas ligadas à modernidade. Nessa agitação, a instantaneidade crescente da comunicação, devida ao desenvolvimento dos meios de comunicação de massa e, de maneira mais geral, das novas tecnologias, desempenha um papel importante⁸. O pluralismo social e, sobretudo político, torna ainda mais complexa a realidade das relações sociais fundamentais, tornadas perceptíveis pelo novo contexto. Em suma, o trabalho dos fóruns introduz (alimenta, acentua) o conflito no interior mesmo da sociedade civil, impedindo, até à véspera da “revolta patriótica” de 2002, de transformar seus modos de ações populares heteróclitas e pontuais num movimento social capaz de se tornar o vetor principal da transformação de sua relação com o Estado. É necessário perguntar-se, enfim, se o período de revolta nacional, que conhece mobilizações sem precedentes (de memória de homem) em Abidjan e algumas cidades do interior do país, não constitui (afinal) um conjunto de ações pontuais ou se, ao contrário, inscrevem-se num processo duradouro e irreversível.

É na qualidade de associações de fato, membros ativos do movimento associativo, que esses fóruns populares devem ser integrados à “sociedade civil”. Esses “fóruns” apresentam características específicas: trata-se de um “movimento ideológico” que os integra

às associações da “sociedade civil”. É por uma referência implícita à definição normativa da sociedade civil que os atores políticos incluem os “fóruns” na sociedade civil. A catástrofe de guerra na qual se encontra a Costa do Marfim constitui um choque multidimensional. Esse traumatismo, a agressão sofrida pelo corpo social, provoca uma revolta nacional que conduz os fóruns a um nacionalismo cujas premissas já se encontravam potencialmente presentes, mas atendiam as contingências da situação política global, poluída pela problemática da cidadania que se desviou rapidamente para a da nacionalidade. Com a guerra, e a revolta patriótica que se seguiu, esses fóruns populares, “espaços de engajamento cívico” (CHANIAL, 2001, p. 202), tornaram-se espaços de engajamento político. É no jogo da comunicação (política), que os atores políticos constroem suas identidades (políticas) e decidem suas respectivas posições. É com esse jogo que “os fóruns populares” (fóruns, Sorbonne, parlamentos, Senado, Congressos etc.), e outras “manifestações”, entram na sociedade civil. O trabalho político deste fenômeno típico do fazer associativo na Costa de Marfim pode ser apreendido, por um lado, por seus estatutos (reais e imaginados), e os objetivos declarados, e, por outro, pela politização dos seus membros.

O engajamento dessas associações que tomam posições claramente políticas ocasiona o problema do limite entre a sociedade civil e a sociedade política. É sintomático pelo fato que, cada vez mais, cada partido político fabrica a sua sociedade civil. (KONATÉ, 2003, p. 65).

Se é possível considerar que essas estruturas da sociedade civil estão livres do domínio do mercado, em contrapartida, a sua independência no que diz respeito ao Estado é controversa. O conflito atual contraria o processo de maturação da sociedade civil, obriga-a, sob o comando de estruturas tais como, por exemplo, a Aliança dos jovens patriotas, a exprimir-se pela violência e, fatalmente, a tomar posição, o que acentua a dúvida quanto à sua autonomia frente ao poder. Na verdade, os limites entre sociedades civil e política não são tão nítidos como parecem ser. Dito isso, os patrocínios supostos ou efetivos das personalidades políticas lançam a dúvida sobre a

independência dessas associações, não no que diz respeito ao poder ou aos partidos políticos, mas antes no que se refere a empresários políticos. Os fóruns populares estão legitimados como parte da sociedade civil por seus próprios esforços, pelo de outros membros da sociedade civil e pelos atores políticos (políticos e jornalistas). As condições de emergência dos espaços de democracia estão marcadas por relações “de coalizão”, transações “de coalizão” e redes de consolidação (N’DA, 1999) desses espaços democráticos dos quais os fóruns populares se beneficiaram. A ação das associações informais (fóruns populares, coordenações diversas etc.) pode ser encarada como um desses “modos populares de ação política” (BAYART, 1983) que, com as greves, o abstencionismo eleitoral, os movimentos messiânicos etc., limitam e relativizam o campo estatal e contribuem para a retroação da sociedade civil sobre o Estado. Essa retroação constitui um sinal da historicidade própria dos sistemas políticos africanos. Trata-se de um progresso democrático, embora ainda insuficiente para já falar de simbiose do Estado com a sociedade.

Com efeito, em favor do patriotismo efervescente naquele período de guerra, os “fóruns e Parlamentos” eram, do ponto de vista “do espaço legitimador” a partir do qual observamos o fenômeno, elementos da “sociedade civil”. Mas este estatuto é contestado por uma parte dos atores políticos no próprio interior do espaço político: alguns jornais locais e a mídia internacional os consideravam como “pequenos grupos nacionalistas (ou mesmo milícias) aliados do Presidente Gbagbo”. Tudo está claro, e não podemos deixar de nos surpreender com o simplismo de tal raciocínio, um jogo de imagens que ignora a realidade fenomenológica dos espaços de discussão.

O conflito marfinense, que se ancora nessas dinâmicas sociais preexistentes, reforça a posição dos jovens nas relações entre gerações. Confiando suas armas (reais e simbólicas) aos jovens, e autenticando seu estatuto de protetores da pátria, os velhos (ou mais velhos) reforçaram o poder simbólico desses jovens (CHAUVEAU; BOBO, 2003, p. 27). Do mesmo modo, o papel que têm doravante os jovens líderes dos movimentos patrióticos no jogo político indica que adquiriram “uma influência considerável na condução dos assuntos públicos” em uma classe política sociologicamente transformada e que é necessário mensurar essa afirmação dos jovens no espaço

público a fim apreender os desafios da violência atual (BANÉGAS; MARSHALL-FRATANI, 2003, p. 7-8).

A situação atual de guerra suscita, portanto, interrogações legítimas: tratar-se-ia da “[...] irrupção na política de uma juventude rebelde, formada nas fileiras militantes da FESCI, e [que] não quer mais viver sob as ordens dos mais velhos?” (KONATÉ 2003, p. 50). Enfim, somos levados a constatar a afirmação dos jovens como força política nas relações de poder (CHAUVEAU; BOBO, 2003, p. 27-28) político como prova, por exemplo, “a mobilização patriótica¹⁰” da região marfinense “legitimadora”.

A atividade política refere-se apenas a certos indivíduos e obedece a fluxos e refluxos entre a indiferença e a participação, a apatia e a ação coletivas.

A sociedade civil é um espaço politicamente estratégico em que se constroem os antagonismos (de frustrações, de dependência, de concorrência) e os conflitos; é ainda susceptível de acolher as alianças e conduzir a posições de poder ou de influência. É necessário observar a importância das solidariedades identitárias nelas existentes:

[...] a mobilização dos cidadãos, seu grau de engajamento na vida pública, mantêm estreita relação com a existência de identidades políticas vigorosas. [...] os partidos, sindicatos ou associações que têm maior capacidade mobilizadora são os que podem efetuar um trabalho eficaz de construção identitária em torno de valores [...] ou ainda reativar um sentimento de pertença e de fidelidade (partidos nacionalistas ou minorias etnoculturais) [...]. “As mobilizações políticas são favorecidas pela identificação de um adversário. Poder convencer os membros de um grupo que eles têm um inimigo comum ou que estão sujeitos à uma ameaça comum constitui uma ligação eficaz”. (BRAUD, 2000, p. 68-69).

É necessário ressaltar que as associações, os sindicatos, grupos de interesses, fóruns e parlamentos etc., com vocação identitária ou apoios de uma causa, têm uma dupla ação. Por um lado, registram as demandas sociais preexistentes e adquiriram certa representatividade, categorial ou segmentaria, com os indicadores flutuantes¹¹: aptidão

a mobilizar a rua, reputação da organização, popularidade de seus líderes. Aqui, o trabalho da mídia junto à opinião pública, sobretudo a seletiva que estabelecem entre “tal problema de sociedade e tal organização ativa neste setor” (BRAUD, 2000, p. 52), revela-se de uma grande importância. Por outro lado, eles desempenham “[...] um papel ativo para facilitar as conscientizações, converter expectativas difusas em exigências precisas, instaurar representações de si que contribuam para reforçar o sentimento de uma identidade coletiva” (BRAUD, 2000, p. 50). Os atores políticos não hesitaram em utilizar os “barragistas” voluntários, ou seja, preconizar a autodefesa para remediar as insuficiências reais do Estado. Ainda mais recentemente, o uso de “barragistas” voluntários serviu simplesmente para ocupar as ruas. Podemos nos interrogar então se estamos, de fato, no âmbito da mobilização ou no do exercício do poder?

Para as associações, sindicatos, fóruns e parlamentos dedicados a uma causa, a “da defesa da pátria”, por exemplo, a primeira satisfação seria de ordem moral. Mas outras satisfações mais concretas não devem ser excluídas. Essas satisfações podem ser de ordem material (dinheiro, vantagens, qualidade de vida, mudança de estatuto social etc.) e/ou de ordem estatutária (por exemplo, o início de uma carreira política). Na verdade, as contradições no interior desses grupos e entre esses grupos os obrigam a adotar uma linguagem semelhante à dos partidos políticos (BRAUD, 2000, p. 51). De fato, as crispções políticas acrescentaram a dimensão “defesa de uma causa” (como a defesa da pátria em perigo) à vocação identitária.

Além disso, a situação de guerra acaba por exaltar as posições e converter espaços potenciais de contestação em espaços de ancoragem das ideologias políticas, em espaços de fidelidade aos partidos em conflitos e em instâncias de divulgação de propaganda de adversários políticos (THÉROUX-BÉNONI; BAHÍ, 2006). Isso explica o vigor da linguagem nos pronunciamentos públicos e a adoção de métodos enérgicos e também porque são consideradas como excrescências de partidos políticos. Mas essas estruturas continuam sendo fundamentalmente entidades incontroláveis susceptíveis de voltar-se contra empreendedores políticos que tentam instrumentalizá-los.

Considerações finais

Desde a reinstauração do multipartidarismo, em 1990, especialmente a partir do golpe militar de 1999, os atores da sociedade civil parecem mais conscientes de seu papel, mas nem sempre cômicos dos contornos de seu espaço, dos limites de suas ações e, consequentemente, dos limites da ação da sociedade civil.

O Estado pós-colonial marfinense saiu enfraquecido pelas reformas impostas pelos planos de ajustamento estrutural e pelas exigências das instituições financeiras internacionais. No processo de democratização em andamento, o Estado não pode mais assumir a função de Estado protetor e não consegue desempenhar o papel de Estado subsidiário. Todavia, é impossível que haja uma sociedade civil sem democracia (MARIE, 2003) ou uma sociedade civil forte sem um Estado forte (HAUBERT, 2000). Esta situação excepcional mostra, portanto, a posição peculiar da sociedade civil no tríptico que compõe com o Estado e o mercado. Na Costa do Marfim, a sociedade civil mostra-se ainda muito instável frente à vivacidade do poder político.

Os diversos movimentos associativos (diversos componentes da sociedade civil) ainda não atingiram a maturidade. Há ainda suspeitas de que esses movimentos façam militantismo político (ligado aos partidos políticos). Tal caráter remonta ao período colonial, durante o qual as organizações sindicais e os jornais serviam para defender os interesses políticos (um exemplo relevante dessa configuração é a crise estudantil). Nessas condições, é difícil afirmar que a “sociedade civil” seja independente do poder político e econômico (HABERMAS, 1978, p. 1997), uma vez que ela reproduz as contradições profundas desencadeadas pela luta que visa ao controle do poder do Estado.

Em tempos de “normalidade”, fora das consultas eleitorais, a sociedade civil mantém relações conflituosas de comunicação com o Estado no que se refere ao espaço público político. O conflito armado apenas exacerba as tensões internas da sociedade civil: por um lado, ela se torna o palco das contradições fundamentais da guerra; por outro, torna-se aquela através da qual os atores políticos da comunidade internacional esperam resolver a crise e o conflito.

Na verdade, com o período de instabilidade e, sobretudo, com a guerra, observamos uma submissão da sociedade civil, cujos atores e políticos (BOURDIEU, 2000) acusam uns aos outros. Não haveria, antes, uma interpenetração dessas duas entidades? O crescimento do número de sindicatos, associações, grupos de interesses, movimentos, coordenações, fóruns, parlamentos e outras associações informais, parece-nos uma característica da própria sociedade civil.

Em nossa opinião, isso constitui um indicador, dentre outros, da obediência da sociedade civil. A recomposição da “sociedade civil”, ou sua nova configuração, é um fator positivo, ao qual é preciso acrescentar o crescimento do patriotismo. Na qualidade de espaços de sociabilidade, refletem ao menos a diversidade e a vivacidade, fazendo parte de sua obediência e lembrando, caso fosse necessário, que essa noção ainda é difícil de ser definida.

O simples exercício do voto não esgota a participação política do cidadão. As associações podem “[...] auxiliar o Estado na execução da sua missão e contribuir, de maneira eficaz, com o sistema de representação dos cidadãos” (NKIRANUYE, 2006, p. 20). O reforço da sociedade civil começa com a criação de diversas associações criadas pelos próprios cidadãos e, a partir de então, orientações políticas, tendências e aproximações tornam-se inevitáveis. Enfim, a sociedade civil marfinense parece, a nosso ver, presa a um dilema, situando-se entre a arbitragem e a participação. Ela surge como um espaço de expressão política e um espaço de ação política. A questão é compreender porque, em nome de qual ideologia, ela costuma ser apresentada como uma coisa distinta daquilo que de fato é.

Frente à ampliação do quadro de inteligibilidade da relação entre sociedade civil e ação política, parece que estamos tratando de uma realidade empírica. Do ponto de vista teórico, podemos realmente nos referir à sociedade civil como uma esfera intermediária (HAUBERT, 2000)? Não haveria antes uma interpenetração entre o Estado e a sociedade civil? De onde surge então essa ideia consolidada do apolitismo da sociedade civil? Por que persiste esse senso comum a respeito da sociedade civil? Trata-se de uma crença, que se tornou corriqueira, determinada pela própria dominação da ideologia da democracia liberal (AKE, 1996). Mesmo assim, a sociedade

civil, espaço de contradições propícias a conflitos de todos os tipos (MAUGENEST, 2005), deve manter sua civilidade e se consolidar.

Tal consolidação começa pela criação de diversas associações criadas pelos próprios cidadãos e, a partir de então, orientações políticas, tendências e aproximações tornam-se inevitáveis. A análise dos momentos de historicidade evidencia o laço quase inevitável, mas necessário, como uma espécie de causalidade fatal, entre luta sindical e luta política: a primeira antecede a segunda, que se torna, por sua vez, matriz da primeira. Essa lógica aplica-se também a outros movimentos associativos. O caráter hegemônico da ação política se dá por isso (GRAMSCI, 1983), particularmente em tempos do multipartidarismo, que, na Costa do Marfim, apresenta-se ainda como aprendizagem da democracia.

CIVIL SOCIETY AND POLITICAL ACTION IN THE IVORY COAST

Abstract: With the return to the multi-party system, the civil society in the Ivory Coast has presented itself as more vigorous and active than in previous decades. Far from controversies regarding the definition of a civil society, its ‘neutrality’ assures good governance. This article examines the relations between civil society and political action in the Ivory Coast, and shows that this civil society is a space for political socialization, for the selection of political personnel and for the mobilization of public opinion. From this ascertainment, there comes the hypothesis of the interpenetration of ‘civil society’ and ‘political society’.

Keywords: Civil society. Political action. Mobilization. Opinion. Recruitment of political staff.

Notas

¹ Grupos de pressão; sindicatos autônomos, associações profissionais ou corporativas; câmaras de comércio ou de ofícios, associações agrícolas; associações, ligas ou movimentos de defesa dos direitos humanos, consumidores, ou qualquer outro grupo de interesses particulares; comunidades étnicas e religiosas; associações de chefes tradicionais e religiosos etc., inclusive o que hoje em dia é chamado, na Costa do Marfim, de organização não governamental (ONG). Em nossa opinião, os partidos políticos fazem parte do campo político e, de maneira mais ampla, da “sociedade política”.

² Liberalização econômica, Programas de Ajustamentos Estruturais, condicionamento político, supressão da ajuda aos ditadores como sanção, prosseguimento da ajuda aos ditadores para evitar condições econômicas que encorajem o extremismo, enfraquecimento do Estado e fortalecimento do Estado.

³ O famoso oxímoro “democracia em um regime de partido único” deveria logo mostrar suas deficiências teóricas e práticas. A “democratização” parcial do regime dos anos 1980 inicia (involuntariamente) uma revitalização da sociedade civil, sob a liderança do Estado, mas dentro de um contexto no qual a comunidade internacional das democracias ocidentais vê a sociedade civil como um controle apropriado dos Estados africanos pós-coloniais. O partido único dos Programas de Ajustes Estruturais e da democratização parcial deu origem, entre outras coisas, a uma sociedade civil debilitada por um dirigismo invariável, não obstante a liberalização parcial do sistema político.

⁴ Como já apontava Jean Rouch nos anos 1950, em seu filme *Eu, um negro* [Moi un noir] (1957), a respeito das associações dos originários do Níger ou ainda do Goum bey (dança), em Treichville.

⁵ Trata-se do Sindicato Agrícola Africano (SAA), da União dos Originários dos seis regiões do Oeste (UOCOCI), do Grupo de Estudos comunistas (GEC), e do Comitê de Estudos franco-africanos (CEFA).

⁶ O último trimestre de 2006 marca o início (oficial, em nosso entendimento) da entrada das pesquisas na vida política marfinense por meio da imprensa escrita local. Duas pesquisas teriam sido solicitadas, uma pela ONUCI, e outra, pelo gabinete do Primeiro Ministro, segundo o jornal *O Correio de Abidjan* (número 863 de 13 de novembro, 865 de 16 novembro et 886 de 11 de dezembro). Essas informações ainda não foram desmentidas pelos ditos patrocinadores. Os resultados das pesquisas de opinião referem-se à popularidade dos líderes políticos e/ou estrelas do show business e do futebol. Elas traçam ainda prognósticos a respeito da vitória em eventuais eleições.

⁷ Encarregada de “resolver o problema Alassane Ouattara”, ela foi instaurada em meio a uma polêmica. Recordemo-nos de que, além do aspecto simbólico da nacionalidade do indivíduo, a nova Constituição deveria encarregar-se da resolução de questões profundas ligadas à modernidade política às quais a Costa do Marfim se via confrontada: alternância do poder, elegibilidade e cidadania, disputas de terras. Assim sendo, ao politizar excessivamente a etnicidade, ao acionar os princípios de autoctonia, de regionalismo e de religião, os políticos conseguiram atingir, ao mesmo tempo, a questão identitária, lugar possível de todas as heresias particularistas, “micronacionalistas”.

⁸ Um exemplo típico é o da nacionalidade de Alassane Ouattara, líder da União dos Republicanos (RDR), símbolo da controvérsia a respeito da elegibilidade e promotor de um debate mais profundo sobre cidadania, cujos efeitos colaterais alcançam, entre outras coisas, a questão agrária.

⁹ Essa ideia é recorrente na imprensa local simpatizante do “G7”, ou da União dos Houphouëtistas pela Paz (RHDP), e a mídia internacional, sobretudo a RFI.

¹⁰ Ela compreende, entre outras, a Aliança dos Jovens Patriotas que reúne, por sua vez, os seguintes movimentos: Congresso Panafricano dos Jovens Patriotas (COJEP), Juventude da Frente Popular Marfinense (JFPI), Juventude do Partido Democrático da Costa do Marfim (JPDCI), Juventude Mobilizada do Partido Marfinense dos Trabalhadores (JMPIT), União dos Patriotas pela Liberação Total da Costa do Marfim (UPLTICI), ex-Clube Alassane Dramane Ouattara (ex-CADO) que se tornou, nesse ínterim, Consciência Republicana, Aliança da Juventude para a Insurreição Nacional, Congresso dos Patriotas Marfinenses (CPI), Movimento pela Liberação Total da Costa do Marfim (MLPT CI), Movimento Popular Marfinense (MPI); União Nacional da Juventude da Costa do Marfim (UNAJECI); Movimento para o Repatriamento de Alassane Ouattara (MIRAO); Movimento Eu amo Gbagbo; A “Sorbonne” do Plateau, o “Parlamento” de Yopougon, aos quais se adicionam os demais fóruns populares (O Capitólio de Yopougon, O Senado de Abobo, a Tribuna Popular Marfinense, o Parlamento Dabou etc.). Essa mobilização alcança ainda a diáspora marfinense: Coordenação dos Marfinenses do Reino Unido, da França etc, e registra a participação de personalidades como o cantor Serge Kassi, o jogador de futebol internacional Joël Tiéhi, a apresentadora de TV Hanny Tchelléy etc. Essa mobilização conhece ainda a participação ativa de outras associações: Movimento das Mulheres Patriotas da Costa do Marfim, parte da Rede Marfinense das ONGs Femininas (RIOF) e do Movimento Marfinense das Mulheres Democratas (MIFED). Ela foi apoiada por sindicatos mais antigos, tais como o Sindicato Nacional da Pesquisa e do Ensino Superior (SYNARES), A Federação Estudantil da Costa do Marfim (FESCI), ou ainda a Associação Nacional dos Reis e Chefes Tradicionais da Costa do Marfim (ANRCTCI) etc.

¹¹ Essa representatividade é mais fluida que a dos partidos políticos. A representatividade dos partidos é universalista, ou seja, aberta aos cidadãos, e é atestada principalmente pelos resultados eleitorais.

Referências

- ACHIE, R.; KOFFI, L.; KONE, M. Les structures ethniques en milieu urbain: le cas des We (Guéré – Wobé), In: Georges Niangoran-Bouah (Dir.). *Mémoire de licence*. Abidjan: Institut d’Ethnosociologie, Université nationale de Côte d’Ivoire, 1987.
- AGGREY, A. *Le régime des associations*. Coll. Codes et Loi usuelles de Côte d’Ivoire. Abidjan: Juris-Éditions, 2002.
- AKE, C. *The feasibility of democracy in Africa*. Dakar: CODESRIA, 2000. 206p.

AKINDÈS, F. *Les mirages de la démocratie en Afrique subsaharienne francophone*. Paris: Karthala – CODESRIA, 1996.

ANDERSON, B. *L'imaginaire national: Réflexions sur l'origine et l'essor du nationalisme*. Paris: La Découverte, 2002.

_____. Approche sémio-contextuelle des communications dans les forums populaires d'Abidjan. *Kasa Bya Kasa Revue ivoirienne d'Anthropologie et de sociologie*, n. 5, p. 52-72, 2004.

_____. La 'Sorbonne' d'Abidjan: rêve de démocratie ou naissance d'un espace public? *Revue Africaine de Sociologie*, vol. 7, n. 1, p. 1-17, 2003.

_____. L'effet 'titrologue': une étude exploratoire dans les espaces de discussion de rues d'Abidjan. *En Quête*, n. 8, p. 129-167, 2001.

_____. Les lanternes de la Cité. Éthique professionnelle de la presse plurielle en Côte d'Ivoire. In: BRUNET, Patrick J.; BLAIS, Martin-David (Éds.). *Valeurs et éthique dans les médias: Approches internationales*. Sainte-Foy: Les presses de l'Université Laval, 2004. p. 231-273.

BAHI, A. *L'ivoirité mouvementée: jeunes, médias et politique en Côte d'Ivoire*. Cameroon: Paperback, 2013.

_____. Permanence et bifurcations du 'sentiment nationaliste' ivoirien. In: MUNGU, André Mbata (Éd.). *Nationalisme, panafricanisme et reconstruction africaine*. Dakar: CODESRIA, 2006. p. 83-105.

BALANDIER, G. *Afrique ambiguë*. Paris: Plon, 1957.

_____. Approche sociologique des Brazzavilles noires. *Africa*, v. XXII, n. 1, p. 23-34, 1952.

BANÉGAS, R; MARSHALL-FRATANI, R. Côte d'Ivoire, un conflit régional? *Politique Africaine*, n. 89, p. 7-8, 2003.

BAYART, J-F. La revanche des sociétés africaines. *Politique Africaine*, n. 11, p. 95-127, 1983.

BERGER, P; LUCKMANN, T. *La construction sociale de la réalité*. Paris: Armand Colin, 2002.

BERTHE, A.; BEDA, M B; BARADJI, D.; KABA, B. Les structures ethniques en milieu urbain: le cas des Malinké. In: Touré Moriba (Dir.). *Mémoire de licence*. Abidjan: Institut d'Ethnosociologie, Université nationale de Côte d'Ivoire, 1987.

BITTY-KOUYATÉ, C. Le mouvement associatif féminin en Côte d'Ivoire. *Débats*, n. 21, p. 9-14, 2005.

BOURDIEU, P. *Propos sur le champ politique*. Lyon: PUL, 2000.

- BRAUD, P. *La science politique*. Paris: PUF, 2000.
- CHANIAL, P. *Justice, don et association: La délicate essence de la démocratie*. Paris: La Découverte/MAUSS, 2001.
- CHAUVEAU, J-P; BOBO, K. S. La situation villageoise dans l'arène villageoise: Un exemple dans le centre-ouest ivoirien. *Politique Africaine*, n. 89, p. 12-33, 2003.
- CHEVRIER, M. La société civile, l'État subsidiaire et la responsabilité civique au Québec. In: CONFÉRENCE PRONONCÉE AU COLLOQUE DU RALLIEMENT QUÉBÉCOIS, Hôtel Québec, Ste Foy, Québec, 30 oct. 1999. *Annuaire électronique...* Québec, 1999. Disponível em: <http://www.agora.qc.ca/reftext.nsf/Documents/societe_civile>.
- CONKLIN, A. Democracy rediscovered: Civilization through association in French West Africa (1914-1930). *Cahiers d'Etudes Africaines*, n. 145, v. XXXVII, p. 59-84, 1997.
- DIANÉ, C. *La FEANF et les grandes heures du mouvement syndical noir*. Dakar: Éditions Chaka, 1990. (Coll. Afrique contemporaine)
- DOZON, J-P. *La cause des prophètes*. Paris: PUF, 1995
- DUFRESNE, J. *La résilience sociale*. 2002. Disponível em: <<http://agora.qc.ca/reftext.nsf/Documents/Resilience>>.
- FAURÉ, Y. A.; MÉDARD, J. F. *État et bourgeoisie en Côte d'Ivoire*. Paris: Karthala, 1982.
- GADOU, D. Effervescence religieuse en Afrique noire: approche historique et anthropologique. *Kasa Bya Kasa Revue ivoirienne d'Anthropologie et de sociologie*, n. 2, p. 9-38, 2001.
- GBAGBO, L. *Côte d'Ivoire: pour une alternative démocratique*. Paris: L'Harmattan, 1983.
- _____. *La Côte d'Ivoire économie et société à la veille de l'indépendance (1946-1960)*. Paris: L'Harmattan, 1982.
- GRAMSCI, A. *Textes*. Paris: Éditions Sociales, 1983.
- HABERMAS, J. *Droit et démocratie: Entre faits et normes*. Paris: Gallimard, 1997.
- _____. *L'espace public: Archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*. Paris: Payot, 1998.
- HAUBERT, M. *Les sociétés civiles face au marché*, Paris: Karthala, 2000.
- HIBOU, B.; BANÉGAS, R. Société civile et espace public en Afrique. In: *Bulletin du CODESRIA*, n. 1, p. 40-45, 2000.
- KONATÉ, Y. Les enfants de la balle: De la Fesci aux mouvements de patriotes. *Politique Africaine*, n. 89, p. 49-70, 2003.

_____. Exposé introductif: Société civile et énergie sociale. *Quest Revue Africaine Internationale de Philosophie*, v. XII, n. 1, Actes du colloque International Interdisciplinaire État et société civile en Afrique, Abidjan, 13-18 juil. 1998.

KONÉ, A. *Houphouët-Boigny et la crise ivoirienne*. Paris: Karthala, 2003.

LOUCOU, J. N. Aux origines du Parti Démocratique de Côte d'Ivoire. *Annales de l'Université d'Abidjan*, Série I, Tome V, Histoire, p. 81-105, 1977.

MARIE, A. Pas de société civile sans démocratie: Dialectiques ivoiriennes entre identités communautaires et identifications sociologiques. In: LEIMDORFER, François; MARIE, Alain (Éds.). *L'Afrique des citadins: Sociétés civiles en chantier* (Abidjan, Dakar). Paris: Karthala, 2003. p. 33-105.

MAUGENEST, D. *Gouverner la violence: Société civile et société politique*. Abidjan: Les Éditions du CERAP, 2005.

MIGNON, J-M. Les mouvements de jeunesse dans l'Afrique de l'Ouest francophone, de 1958 aux années 1970-1975. In: d'ALMEIDA-TOPOR, Hélène; GOERG, Odile (Éds.). *Le mouvement associatif des jeunes en Afrique noire francophone au XXème siècle*. p. 107-128, Paris: L'Harmattan, 1989.

N'DA, P. *Le drame démocratique africain sur scène en Côte d'Ivoire*. Paris: L'Harmattan, 1999.

NKIRANUYE, J. E. La vie associative: entre aspirations personnelles et réalisations collectives. *Débats*, n. 33, mars, p. 17-22, 2006.

_____. Renforcer l'engagement des jeunes dans la vie associative. *Débats*, n. 22, févr. p. 15-20, 2005.

SANTOS, A. A. Notas sobre a solidariedade e o fenómeno da orfandade na sociedade Akan-Agni Morofoé da Costa do Marfim (África do Oeste). *Saúde e Sociedade*, v. 15, n. 3, p. 40-56, set./dez. 2006.

SCHUMPETER, J. A. *Capitalisme, socialisme et démocratie*. Paris: Payot, 1965.

SYLLA, L. *Existe-t-il un modèle universel de démocratie?*. Abidjan: Les Éditions du CERAP, 2006.

TOCQUEVILLE, A. de. *De la démocratie en Amérique I*. Paris: Garnier Flammarion, 2005.

WEBER, M. *Le savant et le politique*. Paris, 10/18, 1963.

YAO, G. R. *Les mutuelles de développement en Côte d'Ivoire*. Thèse (Doctorat) - Université de Paris I, 2005.

Recebido em: 31/05/2014

Aprovado em: 06/08/2014